

PESQUISA/PÓS-GRADUAÇÃO - PESQUISA/ PÓS-GRADUAÇÃO

**LEVANTAMENTO DE TESES E DISSERTAÇÕES NOS PROGRAMAS DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA SOBRE PROTEÇÃO DOS
POVOS INDÍGENAS**

Cristiane Dos Santos Alves (alvescristiane194@gmail.com)

Aline Anjos Da Rosa (alvespneus@hotmail.com)

A formação do campo de conhecimento em Segurança Pública é recente no Brasil e ainda está em consolidação, carece de reconhecimento como campo científico autônomo, uma vez que, é a garantidora dos direitos fundamentais aos cidadãos. As instituições policiais frequentemente operam com base em saberes emprestados de outras disciplinas ou em práticas despadronizadas. O presente artigo realiza um levantamento das produções acadêmicas (teses e dissertações) que investigam o tema a proteção dos direitos dos povos indígenas nos programas de pós-graduação stricto sensu em Segurança Pública no território nacional. A urgência desse debate está registrada nos artigos 26, 29, 32 e 38 da Declaração das Nações Unidas sobre o Direito dos Povos Indígenas (DNUDPI). A metodologia utilizada foi a quali-quantitativa tendo como fonte de pesquisa: o Banco de Teses e Dissertações da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) na Plataforma Sucupira; e os sites dos programas. O levantamento foi realizado em maio de 2025. Foram localizados nove programas em Segurança Pública na Plataforma Sucupira, sendo sete mestrados, e dois que oferecem tanto mestrado quanto doutorado, dos quais sete são mestrado na modalidade profissional e dois acadêmico. Foi possível constatar que não existe nenhum

programa na região Centro Oeste; já na região Nordeste e Sul há um (UFBA e UFRGS); três na região Sudeste (UVV/UEMG/UFF); e por fim, na região Norte foram localizados quatro programas (UEA/UFPA/UFAM/UERR). O levantamento bibliográfico utilizou-se dos qualificadores “Crimes Ambientais” e “Direitos dos Povos Indígenas” e obteve-se oitenta e seis resultados de teses/dissertações existentes no banco da CAPES, produzidas entre o período de 2012 a 2023, sendo que após analisá-las foram classificados apenas cinco produções (entre teses e dissertações) fora da área da Segurança Pública relacionados à temática crimes ambientais e/ou povos indígenas, no entanto, ao esmiuçá-los verificou-se que apenas uma dissertação aborda a temática na área do Direito produzida por Costa (2023) na UnB com o título “Segurar o céu, a terra e os direitos: o que falta para uma política de segurança pública para e com os povos indígenas no Brasil”. Foram efetuadas buscas até o ano de 2025, no entanto, não foi localizada mais nenhuma produção com a temática. A pesquisa revela a existência de uma lacuna científica de investigações afetas à proteção dos povos indígenas nos programas de pós-graduação em Segurança Pública do Brasil, destacando a urgência de mais estudos que integram segurança pública com a proteção dos direitos dos indígenas e as questões ambientais, e a necessidade de uma atuação mais eficaz do Estado, diante da crescente escalada de conflitos em terras indígenas, onde a polícia frequentemente atua de forma repressiva/reactiva. Agradecimento à UFGD-FAED.

Palavras-chave: proteção dos povos indígenas; segurança pública; programas de pós-graduação.